

## **DETERMINANTES PARA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM WEBSITES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### *VOLUNTARY DISCLOSURE DETERMINANTS OF FINANCIAL STATEMENTS IN MUNICIPAL WEBSITES OF RIO DE JANEIRO*

<sup>1</sup>Lilia Ramos Rocha  
lrocha@iff.edu.br

Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em  
Contabilidade, Economia e Finanças

Fábio Moraes da Costa  
Fabio@fucape.br

Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em  
Contabilidade, Economia e Finanças

### **RESUMO**

Esta pesquisa buscou analisar os determinantes políticos, institucionais, sociais e financeiros para a divulgação voluntária dos demonstrativos contábeis disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e pela Lei 4.320/64 dos municípios do estado do Rio de Janeiro por meio de seus *websites* no ano de 2014. Quatro modelos empíricos foram desenvolvidos e estimados utilizando o modelo de regressão múltipla *Probit*. Os resultados encontrados indicam que os municípios em que o prefeito foi reeleito são mais propensos a divulgarem voluntariamente suas demonstrações contábeis, bem como os municípios que descumpriram os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e municípios onde a proporção da população com ensino superior é maior. Não encontramos relação entre a divulgação voluntária dos demonstrativos contábeis e os demais fatores políticos, bem como tamanho do município, a dependência intergovernamental e o Superávit financeiro apurado no exercício de 2013.

**Palavras-chave:** Divulgação voluntária. Demonstrativos contábeis. *Internet*.

### **ABSTRACT**

This research analyzes the political, institutional, social and financial determinants for the voluntary disclosure of the financial statements disciplined by the Fiscal Responsibility Law 101/2000 and Law 4.320/64 of the Rio de Janeiro municipalities through its sites in the year of 2014. Four empirical models were developed and estimated using the Probit multiple regression model. The results indicate that the municipalities in which the mayor was re-elected are more likely to voluntarily disclose their financial statements, as well as municipalities that have not complied with the limits established by the Fiscal Responsibility Law and municipalities where a proportion of the population with higher education is higher. We found no relationship between the voluntary disclosure of financial statements and other political factors, the intergovernmental dependence and the financial Superavit for the year 2013.

**Keywords:** Voluntary disclosure. Financial statements. *Internet*.

*Artigo recebido em: 27/09/2016; Aceito em: 09/11/2016.*

<sup>1</sup>Lilia Lourenco Ramos Rocha  
Av. Fernando Ferrari, n. 1358, Boa Vista.  
CEP: 29 075-505 - Vitória/Espírito Santo/Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

A divulgação voluntária de informações contábeis e seus determinantes tem sido amplamente investigados na literatura, tanto no setor privado (FRANCIS; KHURANA; PEREIRA, 2005; HAGGARD; MARTIN; PEREIRA, 2008; SALOTTI; YAMAMOTO, 2008; MOREIRA et al., 2016); quanto no setor público (EVANS; PATTON, 1983; INGRAM, 1984; INGRAM; DEJONG, 1987; CHENG, 1992; LASWAD et al., 2005; GANDÍA; ARCHIDONA; 2008; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ; PÉREZ, 2008; CINCA; TOMÁS; TARRAGONA, 2009; BAIRRAL; SILVA, 2013; BOHN; SANTOS, 2013; COSTA; RÁTIS, 2013). No setor privado as pesquisas analisam os fatores e incentivos das empresas que divulgam informações voluntariamente, tais como alcançar a meta dos resultados previstos pelos analistas, o tamanho da empresa, a quantidade de analistas que seguem a empresa e a persistência dos resultados. Já no setor público, estudos encontraram evidências de que a receita *per capita* do município, a visibilidade da imprensa, a competição política, o acesso à educação e à *internet*, a dívida pública, o tamanho do município, o nível de renda da população e a quantidade de habitantes são alguns fatores determinantes na divulgação voluntária das informações contábeis (LASWAD et al., 2005; GANDÍA; ARCHIDONA; 2008; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ; PÉREZ, 2008; CINCA; TOMÁS; TARRAGONA, 2009).

Bakar e Saleh (2011) argumentam que os cidadãos têm direito ao acesso das informações contábeis, na qualidade de contribuintes dos cofres públicos, a fim de verificar se o seu dinheiro é gasto adequadamente, o que tornaria ampla a divulgação de informações contábeis para interessados. Como a *internet* tem sido uma ferramenta de baixo custo para a divulgação de informações (CINCA; TOMÁS; TARRAGONA, 2009) possibilitando a disseminação de forma instantânea e simultânea para cidadãos, e ampliando o monitoramento das ações do governo (LASWAD et al., 2005), a sua utilização poderia facilitar a interação entre o governo e os cidadãos, gerando uma nova forma de prestação de contas (WONG; WELCH, 2004).

Laswad et al. (2005) examinaram fatores que influenciam na divulgação voluntária de relatórios financeiros por meio da *internet*, dos municípios da Nova Zelândia, encontrando evidências de que alavancagem financeira, riqueza municipal, visibilidade da imprensa e o tipo de conselho (distrital, municipal e regional) são fatores preditivos para o uso do IRF (*Internet Financial Reporting*) nos municípios da Nova Zelândia.

Gandía e Archidona (2008) tinham como objetivo analisar a quantidade de informação divulgada na *internet* pelos grandes municípios espanhóis e os fatores que afetam os níveis de divulgações observados, e concluíram que quanto maior a competição política, a visibilidade da imprensa, o acesso à educação e à *internet* nos domicílios dos munícipes, maior é o nível de informação nos *websites* de municípios espanhóis.

No Brasil, Costa e Rátis (2013) verificaram os fatores determinantes para o atraso da divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Espírito Santo. Seus resultados sugerem que o atraso nas divulgações das contas públicas capixabas está positivamente correlacionado com o nível de escolaridade do gestor e competição política, e negativamente relacionado com o tamanho do município e com as restrições regulamentares. Machado et al. (2015) realizaram uma pesquisa de análise descritiva buscando mensurar o nível de transparência nos *websites* de municípios gaúchos em que verificaram um subaproveitamento da *internet* para divulgação de informações financeiras e um baixo índice de informações pertinentes às prestações de contas, sugerindo como tópico para futuras pesquisas a divulgação de informações voluntárias em *websites* municipais. Uma vez que a Lei Complementar 131/09, Lei de Acesso à Informação (LAI), tornou compulsória a divulgação *online* para todos os municípios de informações financeiras somente de forma pormenorizada das receitas e despesas em seus *websites*, esta pesquisa tem como objetivo analisar as características institucionais, políticas, financeiras e sociais dos municípios do Rio de Janeiro que influenciam na divulgação voluntária de demonstrativos contábeis por meio da *internet*.

As informações sobre a divulgação *online* das demonstrações contábeis (Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Relatório de Gestão de Fiscal, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Variações Patrimoniais) foram coletadas por meio dos *websites* de 87 municípios do Rio de Janeiro em setembro de 2014. Informações sobre os determinantes analisados foram coletados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do site do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, do site da Secretaria do Tesouro Nacional e do site Tribunal Regional Eleitoral. Para buscar evidências empíricas foram desenvolvidos e estimados quatro modelos de regressão múltipla *Probit*.

Os resultados encontrados sugerem que municípios onde há uma maior proporção da população com nível superior, bem como aqueles onde o prefeito foi reeleito ou foram descumpridos os limites disciplinados na Lei de Responsabilidade Fiscal são mais propensos a divulgarem voluntariamente informações contábeis por meio de seus *websites*.

Esta pesquisa contribui para a literatura analisando os determinantes para a divulgação voluntária *online* de informações financeiras dos municípios. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir na adoção de medidas públicas que incentivem, ou tornem obrigatórias, a divulgação *online* dos relatórios fiscais no setor público, fortalecendo o processo de transparência na administração pública brasileira, consequentemente reduzindo a assimetria de informação entre o gestor do município e a população.

A pesquisa é disposta da seguinte maneira. A seção 2 contém uma revisão da literatura sobre a divulgação voluntária de informações financeiras e o desenvolvimento das hipóteses. A seção 3 evidencia a metodologia utilizada. Na seção 4 estão expostos os resultados gerados pelos testes das hipóteses. A seção final apresenta a conclusão da pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Teoria da Agência**

Estudos acadêmicos têm se baseado na teoria da agência com intuito de explicar o comportamento de gestores públicos na divulgação de informações voluntária pela *internet* (INGRAM; DEJONG, 1987; LASWAD et al., 2005; GANDÍA; ARCHIDONA; 2008; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ; PÉREZ, 2008; COSTA et al., 2012). Jensen e Meckling (1976) definem a relação de agência como um contrato por meio do qual uma ou mais pessoas (principal) contratam uma outra (o agente) para efetuar um serviço em seu nome delegando ao agente o poder de decisão. Para Zimmerman (1977) a relação de agência no setor público é caracterizada considerando o cidadão como o principal e o gestor público como o agente. Como ambas as partes (principal e agente) buscam maximizar seu bem-estar, existem razões para esperar que o agente nem sempre agirá de acordo com o interesse do principal, inclusive em organizações governamentais (JENSEN; MECKLING, 1976).

A divulgação voluntária de informações financeiras pela *internet* possibilita o monitoramento das ações do gestor (LASWAD et al., 2005), fazendo com que os cidadãos tenham interesse nestas divulgações, uma vez que a maximização do seu bem-estar depende das ações do gestor (ZIMMERMAN, 1977). Tendo em vista que um dos elementos que causa conflito entre os agentes é a assimetria de informação, a divulgação voluntária de informações causaria a redução dessa assimetria entre os cidadãos e o gestor público (AN et al., 2011), consequentemente reduzirá o problema de agência.

## **2.2 Demonstrativos contábeis do setor público brasileiro**

Neto *et al.* (2007) considera a *internet* como uma forma emergente de divulgar as contas públicas adquirindo maior ênfase após a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/200), dado que o artigo 48 estabelece que os instrumentos de transparência da gestão fiscal devem ser amplamente divulgados.

Em 2008, foi editada a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.133/2008, aprovando a NBC T 16.6 que disciplina a elaboração de novas demonstrações contábeis (Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) e exige a elaboração de notas explicativas (LIMA *et al.*, 2009), em linha com o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – *International Public Sector Public Accounting Standards – IPSAS*.

A Portaria nº 406, de 20 de junho de 2011 do Ministério da Fazenda estruturou as novas demonstrações contábeis (Fluxo de Caixa e Resultado Econômico) que foram editadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - PARTE V – e alterou também as estruturas das demonstrações já existentes (Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário).

Em 2009 foi editada a Lei Complementar 131, Lei de Acesso à Informação (LAI) que adicionou artigos à Lei de Responsabilidade Fiscal tornando compulsória a divulgação *online* para todos os municípios de informações financeiras de forma detalhada sobre a despesa e sobre a receita. Vale destacar que a divulgação voluntária *online* de demonstrações contábeis proporcionaria uma forma organizada de evidenciação das informações financeiras, o que possibilitaria sua análise gerencial (IUDÍCIBUS, 2000).

## **2.3 Pesquisa sobre divulgação voluntária de informação financeira**

A divulgação voluntária de informações contábeis e seus determinantes têm sido pesquisados tanto no setor privado (FRANCIS; KHURANA; PEREIRA, 2005; FRANCIS; NANDA; OLSSON, 2008; HAGGARD; MARTIN; PEREIRA, 2008; SALOTTI; YAMAMOTO, 2008; MOREIRA *et al.*, 2016); quanto no setor público (EVANS; PATTON, 1983; INGRAM, 1984; INGRAM; DEJONG, 1987; CHENG, 1992; LASWAD *et al.*, 2005; GANDÍA; ARCHIDONA, 2008; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ; PÉREZ, 2008; CINCA; TOMÁS; TARRAGONA, 2009; BAIRRAL; SILVA, 2013; BOHN; SANTOS, 2013; COSTA; RÁTIS, 2013). No setor privado foram analisados características e incentivos das

empresas que divulgaram voluntariamente informações. Para Haggard, Martin e Pereira (2008) a divulgação voluntária de informações pelas empresas depende da informação gerada nos relatórios obrigatórios, se geram notícias boas ou ruins. Assim, para os autores alterações nas regulamentações da divulgação obrigatória influenciam na decisão do gestor em fornecer informações suplementares. Resultados presentes na literatura sugerem que é mais provável que a empresa faça divulgações voluntárias quando possuem boas notícias, pois más notícias implicam em uma reação negativa por parte dos investidores (SKINNER, 1994; SOFFER; THIAGARAJAN; WALTHER, 2000). Salotti e Yamamoto (2008) analisaram a divulgação voluntária da Demonstração do Fluxo de Caixa no período de 2000 a 2004 por empresas listadas na BM&F Bovespa e concluíram que a divulgação voluntária possui uma correlação positiva com o desempenho da empresa e uma correlação negativa com os custos da divulgação e a assimetria de informação, utilizando como *proxies* de desempenho o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o retorno das ações da empresa. Moreira et al. (2016) analisaram as empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa de 2008 a 2015, concluindo que as empresas divulgam mais informações voluntariamente quando possuem um possuem uma má notícia (prejuízo) e quando a boa notícia não tende a ser persistente (lucros não persistentes).

Já no setor público estudos buscam explicar o aprimoramento das práticas contábeis analisando a divulgação de informações financeiras dos municípios (EVANS; PATTON, 1983; INGRAM, 1984; CHENG, 1992). Ingram (1984) analisou a relação entre as práticas adotadas por estados americanos e a divulgação de informações contábeis, relacionando-as com incentivos que influenciavam o nível de divulgação. Os resultados encontrados sugerem que locais onde os funcionários administrativos foram eleitos pelo próprio governo fornecem mais informações contábeis. Além disso, encontrou uma relação negativa entre a divulgação de informações contábeis e a circulação de fontes alternativas de informações, tais como jornais. Evans e Patton (1983) analisaram os incentivos para que municípios americanos direcionassem esforços no alcance do CCP – *Certificate of Conformance Program* – que julgava as melhores práticas adotadas na emissão dos relatórios financeiros do setor público, concluindo que os municípios gerenciados por agentes públicos, com maiores dívidas, representatividade junto ao Conselho Nacional de Contabilidade e participação do CCP antes de 1976, apresentavam relatórios financeiros de alta qualidade. Com intuito de integrar resultados de pesquisas empíricas direcionadas a opção por evidenciação contábil, o estudo de Cheng (1992) analisou as práticas de divulgação dos relatórios financeiros em governos

estaduais americanos, encontrando evidências que a opção por evidenciação contábil está condicionada a fatores políticos e institucionais.

Com relação aos determinantes para divulgação de informações financeiras em *websites* municipais foram desenvolvidas pesquisas recentes no exterior (LASWAD et al., 2005; GANDÍA; ARCHIDONA; 2008; BOLÍVAR; HERNÁNDEZ; PÉREZ, 2008; CINCA; TOMÁS; TARRAGONA, 2009) e no Brasil (COSTA; RÁTIS, 2013; BAIRRAL; SILVA, 2013; BOHN; SANTOS 2013). Laswad et al. (2005) investigaram os determinantes para divulgação voluntária de IFR (*Internet Financial Reporting*) nos municípios de Nova Zelândia. Os resultados apontam uma relação entre divulgação e fatores como alavancagem, receita per capita do município, visibilidade da imprensa e tipo de conselho. Gandía e Archidona (2008) tiveram como foco a avaliação da extensão de informações divulgadas nos *websites* dos municípios espanhóis com mais de 50.000 habitantes e concluíram que os determinantes para a variação do nível de informação foram: a competição política, visibilidade da imprensa e o acesso à educação e à *internet* em domicílios dos munícipes. No estudo de Bolívar, Hernández e Pérez (2008) foram analisados o conteúdo e a característica das informações divulgadas nos *websites* de municípios espanhóis com mais de 250.000 habitantes, em que constataram que fatores externos antes considerados importantes para a divulgação de informações financeiras por meio impresso (competição política, transferência correntes, nível de escolaridade dos eleitores, tamanho da população e pressão fiscal) não possuíam influência na divulgação de informação financeira pela *internet*. Cince, Tomás e Tarragona (2009) analisaram os municípios espanhóis com mais de 70.000 habitantes encontrando evidências de que o tamanho do município, o nível de renda dos cidadãos e a competição política afetam a divulgação pela *internet* de relatórios financeiros.

No Brasil foram identificados determinantes para a qualidade das informações geradas pela prestação de contas (BAIRRAL; SILVA, 2013; BOHN; SANTOS, 2013) e o atraso na divulgação das contas públicas (COSTA; RÁTIS, 2013). Costa e Rátis (2013) identificaram como determinantes para o atraso na divulgação de contas públicas no Sistema de Tesouro Nacional (SISTN), o nível de escolaridade do gestor, a competição política, o tamanho dos municípios e as restrições regulamentares. No estudo de Bairral e Silva (2013) foram analisadas as características dos entes federados, relacionando-as com o nível de transparência nos relatórios de gestão, os resultados indicam uma relação positiva entre a qualidade das informações financeiras com a demografia, acessibilidade e o tipo do ente e uma relação negativa entre a qualidade das informações financeiras e a burocracia pública. As evidências

encontradas na pesquisa de Bohn e Santos (2013) indicam que fatores como localização geográfica do município, o resultado orçamentário e regra fiscal contribuíram para a qualidade da prestação de contas dos municípios catarinenses e outros fatores como nível de desenvolvimento municipal, nível educacional, ano eleitoral, gastos globais e nível de endividamento prejudicaram a qualidade de prestação das contas dos municípios.

## **2.4 Desenvolvimento das hipóteses**

O tamanho do município foi relacionado em diversas pesquisas empíricas com a divulgação de informações financeiras. Zimmerman (1977), Evans e Patton (1987), Cínca, Tomás e Tarragona (2009) e Costa e Rátis (2013) encontraram evidências de que há relação entre o tamanho do município e a divulgação de informações financeiras no setor público. No entanto, os estudos de Ingram (1984), Ingram e Dejong (1987) e Laswad et al. (2005) não encontraram nenhuma associação estatisticamente significativa.

Zimmerman (1977) argumenta que grandes cidades possuem maior frequência na publicação de relatórios do que pequenas cidades. Para Evans e Patton (1987) quanto maior o tamanho do município, maior a pressão para que os agentes públicos responsáveis tornem disponíveis informações aos cidadãos. No Brasil, Costa e Rátis (2013) encontraram evidências empíricas da relação negativa entre o tamanho do município e o atraso na divulgação de contas públicas em municípios brasileiros. Com base nos argumentos de Zimmerman (1977) e Evans e Patton (1987), conjecturou-se a primeira hipótese nula e alternativa:

**H0.1: Não há relação entre o tamanho do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

**H1.1: Há relação entre o tamanho do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

Algumas pesquisas analisaram a relação entre a competição política e a divulgação voluntária de informações financeiras. Segundo Zimmerman (1977) os políticos são agentes eleitos pela população, portanto existe um problema de agência, onde a maximização do bem-estar do agente é a reeleição. Deste ponto de vista a divulgação das informações financeiras se torna uma aliada do político eleito legitimando suas ações, reduzindo a assimetria entre este e a população e, conseqüentemente, minimizando o problema de agência entre o principal (eleitores) e o agente (político eleito) (AN et al., 2011). Gandía e Archidona (2008) encontraram uma relação positiva entre o nível de informação e a competição política. Por



outro lado, Laswad et al. (2005) não encontraram evidências significantes de que competição política é um determinante para as divulgações *online* de informações financeiras pelos municípios da Nova Zelândia. De acordo com as evidências expostas, elaborou-se a seguinte hipótese a ser testada:

**H0.2: Não há relação entre a competição política no município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus websites.**

**H1.2: Há relação entre a competição política no município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus websites.**

Os resultados presentes na literatura (INGRAM; DEJONG, 1987; LASWAD et al., 2005; CINCA; TOMÁS; TARRAGONA, 2009) sugerem que há relação entre o tipo de mandato e a divulgação de informações financeiras. Para Ingram e DeJong (1987) o tipo de mandato é incentivo suficiente para divulgação de relatórios financeiros em governos locais. Já para Laswad et al. (2005) o tipo de mandato (distrital e conselho regional ou distrital) constitui-se como um incentivo para a divulgação de relatórios financeiros pela *internet* nos municípios de Nova Zelândia. Seguindo estes resultados, foi elaborada a terceira hipótese:

**H0.3: Não há relação entre o tipo de mandato do prefeito do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus websites.**

**H1.3: Há relação entre o tipo de mandato do prefeito do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus websites.**

Para Debreceny, Gray e Rahman (2003) quanto maior a renda e o nível educacional dos cidadãos, maior será a pressão sobre as autoridades locais para divulgar informações pela *internet*. Gandía e Archidona (2008) analisaram o nível da informação divulgada pela *internet* com o acesso à educação (porcentagem da população com ensino superior) em municípios da Espanha, encontrando relação positiva entre as variáveis. Os resultados vão ao encontro dos apresentados por Costa e Rátis (2013) que encontraram relação positiva entre o baixo nível de escolaridade da população e o atraso na divulgação de contas públicas em municípios capixabas. Conforme discussão realizada nos parágrafos anteriores segue a quarta hipótese:

**H0.4: Não há relação entre o nível de escolaridade dos eleitores do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

**H1.4: Há relação entre o nível de escolaridade dos eleitores do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

A associação entre a informação financeira municipal e a receita referente à transferência de recursos dos outros órgãos foi analisada no estudo de Ingram (1984), no qual foi observado que quanto maior a dependência dos municípios desses recursos, maior era a divulgação de informações financeiras de qualidade. Diante disso, segue a quinta hipótese testada:

**H0.5: Não há relação entre a dependência de transferência intergovernamental do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

**H1.5: Há relação entre a dependência de transferência intergovernamental do município e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

Costa e Rátis (2013) analisaram os fatores determinantes para o atraso na divulgação de contas públicas dos municípios capixabas, dentre eles a natureza da notícia (boa ou má notícia), considerando que para o setor público uma má notícia seria o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante disso, as chances do atraso na divulgação das contas públicas aumentariam se os municípios estudados tivessem ultrapassado os limites legais. Com base em tais argumentos foi desenvolvida a sexta hipótese:

**H0.6: Não há relação entre o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

**H1.6: Há relação entre o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

O desenvolvimento da sétima hipótese baseia-se nos resultados de Salotti e Yamamoto (2008) e Bohn e Santos (2013). Salotti e Yamamoto (2008) analisaram a divulgação voluntária da Demonstração do Fluxo de Caixa no período de 2000 a 2004 em empresas

listadas na BM&F Bovespa, concluindo que empresas com bom desempenho teriam melhores níveis de divulgação. A retenção de informações sobre uma empresa seria interpretada racionalmente pelo mercado como um desempenho ruim, dado que a empresa não está disposta a arcar com os custos da divulgação para sinalizar uma informação desfavorável (VERRECCHIA, 2001). Bohn e Santos (2013) associaram a qualidade das informações financeiras ao superávit financeiro apurado pelos municípios catarinense, concluindo que os municípios catarinenses que apresentavam resultados superavitários eram mais prováveis de obter parecer favorável em suas prestações de contas junto ao Tribunal do Estado. Assim, os municípios superavitários teriam incentivos a sinalizarem seu desempenho por meio de divulgação aos cidadãos. Assim a sétima hipótese testada é a seguinte:

**H0.7: Não há relação entre o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2013 e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

**H1.7: Há relação entre o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2013 e a probabilidade de os municípios divulgarem voluntariamente demonstrativos contábeis nos seus *websites*.**

Desenvolvidas as hipóteses, na próxima seção serão apresentadas as etapas metodológicas para tratamento e operacionalização dos dados coletados com o objetivo de responder a questão de pesquisa do trabalho.

### **3. METODOLOGIA**

Para coleta de dados foram considerados inicialmente os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Porém, cinco não possuíam *website*, totalizando 87 municípios na amostra final. A coleta das informações foi efetuada em setembro de 2014, sendo considerada a divulgação *online* dos seguintes demonstrativos contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário disciplinados pela Lei 4.320/64 referente ao exercício de 2013; Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório da Gestão Fiscal disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente ao exercício de 2013. As informações institucionais (tamanho do município) e sociais (nível de escolaridade da população) foram coletados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da opção “População” e “Censo de 2010”. As características financeiras (dependência de transferências

intergovernamentais, descumprimento dos limites da LRF e superávit financeiro) tiveram seus dados coletados por meio de consulta nos sites do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio das opções “Transparência”, “Relatório da Lei de Responsabilidade Fiscal” ou no site da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da opção “Estados e Municípios”. Os dados referentes às características políticas (competição política e tipo de mandato) foram coletados no site Tribunal Regional Eleitoral, através das opções “Eleições” e “Eleições 2012”.

Com objetivo de analisar os possíveis determinantes para a divulgação voluntária de informações financeiras dos municípios por meio de seus respectivos *websites* foram estimados os modelos empíricos descritos pelas equações de (1) à (4) utilizando o modelo de regressão múltipla *Probit*, uma vez que as variáveis dependes são binárias. As descrições das variáveis incluídas nos modelos estão expostas na Tabela 1.

$$\begin{aligned} RREO/RGF_i = & \beta_0 + \beta_1 TAMANHO_i + \beta_2 NRCANDIDATOS_i + \\ & \beta_3 TIPODEMANDATO_i + \beta_4 PREFREELEITO_i + \beta_5 PARTGOV_i + \beta_6 PARTPRES_i + \\ & \beta_7 REPRESAM_i + \beta_8 NRPARTIDO_i + \beta_9 ENSSUP_i + \beta_{10} DEPTRANSFIN_i + \\ & \beta_{11} DESCLIM_i + \beta_{12} SUPERAVIT_i + \omega_i \end{aligned} \quad (1)$$

$$\begin{aligned} BO_i = & \alpha_0 + \alpha_1 TAMANHO_i + \alpha_2 NRCANDIDATOS_i + \alpha_3 TIPODEMANDATO_i + \\ & \alpha_4 PREFREELEITO_i + \alpha_5 PARTGOV_i + \alpha_6 PARTPRES_i + \alpha_7 REPRESAM_i + \\ & \alpha_8 NRPARTIDO_i + \alpha_9 ENSSUP_i + \alpha_{10} DEPTRANSFIN_i + \alpha_{11} DESCLIM_i + \\ & \alpha_{12} SUPERAVIT_i + \varepsilon_i \end{aligned} \quad (2)$$

$$\begin{aligned} BF_i = & \theta_0 + \theta_1 TAMANHO_i + \theta_2 NRCANDIDATOS_i + \theta_3 TIPODEMANDATO_i + \\ & \theta_4 PREFREELEITO_i + \theta_5 PARTGOV_i + \theta_6 PARTPRES_i + \theta_7 REPRESAM_i + \\ & \theta_8 NRPARTIDO_i + \theta_9 ENSSUP_i + \theta_{10} DEPTRANSFIN_i + \theta_{11} DESCLIM_i + \\ & \theta_{12} SUPERAVIT_i + \epsilon_i \end{aligned} \quad (3)$$

$$\begin{aligned} BP/DVP_i = & \gamma_0 + \gamma_1 TAMANHO_i + \gamma_2 NRCANDIDATOS_i + \gamma_3 TIPODEMANDATO_i + \\ & \gamma_4 PREFREELEITO_i + \gamma_5 PARTGOV_i + \gamma_6 PARTPRES_i + \gamma_7 REPRESAM_i + \\ & \gamma_8 NRPARTIDO_i + \gamma_9 ENSSUP_i + \gamma_{10} DEPTRANSFIN_i + \gamma_{11} DESCLIM_i + \\ & \gamma_{12} SUPERAVIT_i + \sigma_i \end{aligned} \quad (4)$$

Cabe informar que de acordo com os dados coletados os municípios que divulgaram o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) também divulgaram o Relatório de

Gestão Fiscal (RGF) e vice-versa. Portanto, a estimação de dois modelos contendo as mesmas variáveis independentes e alterando somente a variável dependente entre RREO e RGF obteriam os mesmos resultados. Assim, os mesmos foram agrupados em RREO/RGF. Pela mesma razão Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP) em BP/DVP.

Na Tabela 2 temos as variáveis independentes presentes nos modelos estimados (coluna 2) e as hipóteses desenvolvidas na Seção 2.4 as quais estão relacionadas (coluna 1), bem como os estudos nos quais nos baseamos para inclusão de tais variáveis (coluna 3).

Para analisar a hipótese H0.1 sobre relação positiva o tamanho do município e a divulgação online dos demonstrativos contábeis, seguimos o trabalho de Ingram (1984) e Bolívar, Hernández e Pérez (2008) e incluímos uma variável independente em nosso modelo contendo número de habitantes do município (TAMANHO).

Tabela 1 - Descrição das Variáveis

VARIÁVEL DEPENDENTE	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
RREO/RGF	variável <i>dummy</i> que é igual a 1 se o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal foram divulgados no <i>website</i> do município e 0 caso contrário
BO	variável <i>dummy</i> que é igual a 1 se o Balanço Orçamentário foi divulgado no <i>website</i> do município e 0 caso contrário
BF	variável <i>dummy</i> que é igual a 1 se o Balanço Financeiro foi divulgado no <i>website</i> do município e 0 casos contrário
BP/DVP	variável <i>dummy</i> que é igual a 1 se o Balanço Patrimonial e da Demonstração de Variações Patrimoniais foram divulgados no <i>website</i> do município e 0 caso contrário
VARIÁVEL INDEPENDENTE	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
TAMANHO	número de habitantes do município
NRCANDIDATOS	número de candidatos que concorreram à vaga de prefeito do município no primeiro turno das eleições de 2012
NRPARTIDOS	número de partidos que concorreram à vaga de prefeito do município nas eleições de 2012
PREREELEITO	variável <i>dummy</i> que é igual à 1 se o prefeito foi reeleito nas eleições de 2012 e 0 caso contrário
PARTGOV	variável <i>dummy</i> que é igual à 1 se o partido prefeito for o mesmo do governador e 0 caso contrário
PARTPRES	variável <i>dummy</i> que é igual à 1 se partido prefeito for o mesmo do presidente e valor e 0 caso contrário
REPRES CAM	variável <i>dummy</i> que é igual à 1 se a maioria dos vereadores pertencem a partidos de mesma classificação do partido do prefeito e 0 caso contrário
TIPODEMANDATO	variável <i>dummy</i> que é igual à se o partido do prefeito pertencer a um partido classificado como esquerda e 0 caso contrário
ENSSUP	percentual de habitantes do município possui ensino superior
DEPTRANFIN	razão entre a receita de transferência intergovernamental referente a 2013, disposta no Balanço Orçamentário do município, e a receita total
DESC LIM	variável <i>dummy</i> que é igual à 1 se o município ultrapassou o limite estabelecido pela LRF no exercício de 2013 e 0 caso contrário
SUPERAVIT	variável <i>dummy</i> que é igual à 1 se o município apresentou superávit financeiro no exercício de 2013 e 0 caso contrário

Esta tabela contém as descrições das variáveis dependentes e independentes presentes nos modelos estimos. Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 2 - Relação entre as hipóteses desenvolvidas e as variáveis independentes incluídas nos modelos

HIPÓTESE NULA	VARIÁVEL INDEPENDENTE	PESQUISAS RELACIONADAS
<b>H0.1:</b> Não há relação entre o tamanho do município e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>TAMANHO</b>	Ingran (1984) Bolívar, Hernández e Pérez (2008)
<b>H0.2:</b> Não há relação entre a competição política no município e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>NRCANDIDATOS</b> <b>NRPARTIDOS</b> <b>PRERELEITO</b> <b>PARTGOV</b> <b>PARTPRES</b> <b>REPRES CAM</b>	Costa e Rátis (2013) Álvarez, Domínguez e Sánchez (2010)
<b>H0.3:</b> Não há relação entre o tipo de mandato do prefeito do município e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>TIPODEMANDATO</b>	Carreirão (2006)
<b>H0.4:</b> Não há relação entre o nível de escolaridade dos eleitores do município e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>ENSSUP</b>	Archidona e Gandía (2007)
<b>H0.5:</b> Não há relação a dependência de transferencial intergovernamental do município e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>DEPTRANFIN</b>	Bairral e Silva (2010)
<b>H0.6:</b> Não há relação o descomprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>DESCLIM</b>	Costa e Rátis (2013)
<b>H0.7:</b> Não há relação o Superávit Financeiro apurado no exercício de 2013 e a probabilidade de o município divulgar voluntariamente demonstrativos contábeis em seu <i>website</i> .	<b>SUPERAVIT</b>	Bohn e Santos (2013)

Esta tabela contém as variáveis independentes incluídas nos modelos. Na primeira coluna temos as hipóteses as quais estas variáveis estão relacionadas e na terceira coluna os trabalhos onde nos baseamos para utilização destas *proxies*.  
Fonte: Elaborada pelos autores.

Para a hipótese H0.2 que verifica a relação entre a competição política e a divulgação voluntária dos demonstrativos financeiros no website dos município utilizamos as *proxies* de Costa e Rátis (2013) e GALLEGO-ÁLVAREZ et al. (2010) contendo o número de candidatos que concorreram a vaga de prefeito do município (NRCANDIDATOS) no primeiro turno das eleições de 2012, o número de partidos que concorreram à vaga de prefeito do município (NRPARTIDOS) no primeiro turno das eleições de 2012, as variáveis *dummy* indicando se o prefeito em exercício é reeleito (PREFREELEITO), se o partido do prefeito é o mesmo partido do governador (PARTGOV), se o partido do prefeito é o mesmo partido do presidente (PARTPRES) e a *proxy* estipulada com base no estudo de Cheng (1992) que indica se o prefeito possui maior representatividade na Câmara Municipal (REPRESCAM). A hipótese H0.3 é testada por meio da inclusão da variável *dummy* TIPODEMANDATO que assume o valor 1 se o partido do prefeito é classificado como partido de “esquerda” e 0 caso contrário. Para identificação do partido de esquerda foi utilizado a classificação disposta no estudo do Carreirão (2006), que classificou como partidos da esquerda o PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PV, PSTU, PCO e PMN. Para testar a hipótese H0.4 incluímos uma variável contendo o percentual da população do município que possui ensino superior (ENSSUP). A hipótese H0.5 é testada por meio da *proxy* do estudo de Bairral e Silva (2013), representada pela razão entre o valor total das transferências intergovernamentais e a receita total do município (DEPTRANFIN). Para testar a hipótese H0.6 seguimos o estudo de Costa e Rátis (2013), incluindo uma variável *dummy* (DESCLIM) que indica se o município ultrapassou os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, para verificar se há relação entre o superávit *financeiro* e as divulgações voluntárias dos municípios seguimos o estudo de Bohn e Santos (2013), incluindo uma variável *dummy* que indica se o município obteve um resultado superavitário (SUPERAVIT).

## **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

### **4.1 Análise descritiva das variáveis**

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva dos dados coletados dos 87 municípios do Rio de Janeiro, que possuíam *websites*, referente às variáveis TAMANHO, NRCANDIDATOS e NRPARTIDOS.



Tabela 3 - Estatística Descritiva Das Variáveis

VARIÁVEL	OBSERVAÇÕES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
TAMANHO	87	178.084	690.131,90	5.269	6.323.037
NRCANDIDATOS	87	4	2	2	10
NRPARTIDOS	87	25	6	4	37

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com os dados da Tabela 3 a *proxy* que captura o tamanho do município (TAMANHO) apresenta variabilidade significativa, pois o desvio padrão (690.131,90) é substancialmente maior que a média que é de 178.084 habitantes, tendo como o mínimo de habitantes 5269 habitantes e o máximo 6.323.037 habitantes.

Tabela 4 - Tabela de Frequência das Variáveis

VARIÁVEL	OBSERVAÇÕES	MÉDIA
RREO/RGF	87	0.39
BO	87	0.42
BF	87	0.15
BP/DVP	87	0.14
DEPTRANSFIN	87	0.75
ENSSUP	87	0.6
TIPODEMANDATO	87	0.26
PREFREELEITO	87	0.29
PARTGOV	87	0.72
PARTPRES	87	0.87
REPRESCAM	87	0.63
DESCLIM	87	0.27
SUPERA VIT	87	0.6

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 4, apresentam-se as estatísticas descritivas das demais variáveis incluídas nos modelos. Observa-se que 42% dos municípios do Rio de Janeiro divulgaram o Balanço Orçamentário em seus *websites*, 39% divulgaram o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Enquanto, somente 15% divulgaram o Balanço Financeiro e 14% divulgaram o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais. Logo os municípios do Rio de Janeiro tendem a fazer mais divulgações de demonstrativos que evidenciem informações sobre orçamento e sua execução do que divulgações sobre informações financeiras e patrimoniais. Estes resultados vão ao encontro

dos resultados de Bolívar, Hernández e Pérez (2008) sobre municípios espanhóis, em que 41,5% divulgavam informações sobre o orçamento e 15% disponibilizavam informações financeiras.

#### 4.2 Resultados da regressão

Os resultados da estimação dos modelos de regressão múltipla *Probit* descritos pelas equações de (1) à (4) são exibidos na Tabela 5.

Tabela 5 - Análise dos Determinantes para Divulgação Voluntária dos Demonstrativos Financeiros dos Municípios do Rio de Janeiro

VARIÁVEL DEPENDENTE	[a] RREO/RGF	[b] BO	[c] BF	[d] BP/DVP
VARIÁVEL INDEPENDENTE	COEFICIENTE ESTIMADO			
TAMANHO	1,16	7,34	3,78*	9,15
NRCANDIDATOS	0,03	0,02	-0,5**	-0,52*
NRPARTIDOS	0,02	0,02	0,07	0,1*
TIPODEMANDATO	0,62	0,5	0,65	0,83
PREFREELEITO	1,03***	0,87***	1,19***	1,32***
PARTGOV	0,28	0,37	-0,45	-0,53
PARTPRES	0,07	-0,42	-1,13	-0,81
REPRESCAM	0,14	0,24	0,86*	0,68
ENSSUP	3,88*	3,12	4,21*	4,65*
DEPTRANSFIN	0,92	1,06	4,81	4,65
DECLIM	-0,2	-0,36	1,1**	1,08**
SUPERAVIT	-0,29	-0,08	0,25	-0,02
Nº DE OBS.	87	87	87	87
Prob > Chi2	0,02	0,19	0,05	0,02
Pseudo R2	0,14	0,14	0,41	0,44

Esta tabela apresenta os resultados das regressões estimadas utilizando o modelo de regressão múltipla *probit*. As colunas [a], [b], [c] e [d] apresentam os coeficientes estimados dos modelos descritos pelas equações (1), (2), (3) e (4), respectivamente. \*\*\*, \*\* e \* indicam nível de significância estatística à 1%, 5% e 10%, respectivamente. Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com os resultados exibidos na Tabela 5 as variáveis TIPODEMANDATO, SUPERAVIT e DEPTRANSFIN não apresentaram significância estatística para nenhuma especificação dos modelos. Os resultados encontrados a variável TIPODEMANDATO indicam que o tipo de mantado do prefeito não possui relação com a probabilidade de divulgações voluntárias no *website* do município, corroborando com o resultado encontrado na pesquisa de Costa e Rátis (2013), em que não foram encontradas evidências empíricas da

relação entre o tipo de mandato e o atraso na divulgação de contas públicas em municípios capixabas. Os coeficientes estimados com respeito à variável SUPERAVIT não apresentaram significância estatística, indicando que o bom desempenho orçamentário e financeiro do município não seriam incentivos para a divulgação voluntária. Este resultado vai de encontro aos resultados de Salotti e Yamamoto (2008), em que empresas com bom desempenho financeiro possuíam melhores níveis de divulgação voluntária. A variável DEPTRANSFIN também não apresentou coeficiente significativo em nenhum dos modelos estimados, indo de encontro com os achados de Ingram e DeJong (1987) para municípios norte-americanos. Uma possível explicação seria o fato de que o governo federal utilizaria outros mecanismos para obtenção das informações sobre o repasse, e não necessariamente, as acessaria de maneira *online*. Portanto, aceitam-se as hipóteses nulas H0.3, H0.5 e H0.7.

A variável TAMANHO apresentou coeficiente estatisticamente significativo com relação a divulgação *online* do Balanço Financeiro, mas não possui significância quando relacionada com as demais divulgações voluntárias. Portanto, aceita-se H0.1, pois não há relação consistente entre a divulgação *online* de demonstrações contábeis nos *websites* municipais e o tamanho do município. O resultado encontrado para variável TAMANHO corrobora com o estudo de Bolívar, Hernández e Pérez (2007), cujas evidências indicam que tal atributo não era incentivo para que municípios incluíssem informações financeiras nos seus *websites*.

Para analisar a relação entre as divulgações voluntárias *online* feitas pelos municípios e a competição política foram utilizadas seis *proxies*, PREFREELEITO, NRCANDIDATOS, NRPARTIDOS, PARTGOV, PARTPRES e REPRESCAM. A variável PREFREELEITO apresentou coeficientes positivos com significância estatística para todos os tipos de demonstrativos, indicando que a reeleição do prefeito é um incentivo para a divulgação ampla de informações voluntariamente por meio do *website* do município, reduzindo a assimetria de informação entre o eleitor e o gestor público. A variável NRCANDIDATOS apresentou coeficiente significativo com relação ao Balanço Financeiro (BF)(Coluna [c] da Tabela 5), porém não apresentou significância estatística com relação a divulgação *online* das demais informações financeiras. Resultados presentes na literatura (LASWAD et al., 2005) sugerem que há relação entre o número de candidatos e a divulgação voluntária, logo este trabalho fornece resultados parcialmente similares, uma vez que a variável NRCANDIDATOS só apresentou significância estatística relacionada às divulgações do Balanço Financeiro. Quanto a variável PARTGOV nenhum coeficiente estimado apresentou significância, seguindo os

resultados encontrados por Bohn e Santos (2013), que não encontraram relação entre a variável PARTGOV e a qualidade das prestações de contas de municípios catarinenses. De maneira similar, PARTPRES não apresentou significância estatística, respeitando os resultados de Costa e Rátis (2013). Como a maior parte das *proxies* que foram incluídas para capturar a relação entre a competição política e as divulgações voluntárias dos municípios não apresentaram significância estatística, aceitamos a hipótese nula H0.2.

A variável ENSSUP apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo nas colunas [a], [c] e [d] da Tabela 5, sugerindo uma população com nível de ensino mais elevado aumenta a probabilidade de divulgações *online* do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), do Balanço Financeiro (BF), do Balanço Patrimonial (BP) e das Demonstrações de Variações Patrimoniais (DVP). Similar aos resultados achados por Gandía e Archidona (2008), que indicam que a divulgação tem relação com o nível de educação e rejeitando a hipótese nula H0.4.

Por fim, os coeficientes da variável DESCLIM apresentaram significância estatística com relação à divulgação do Balanço Financeiro (BF), do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP). O resultado encontrado para o descumprimento dos limites da LRF indica que os municípios que descumpriram a LRF têm maior probabilidade de divulgar voluntariamente os Balanço Financeiro (BF) e Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais (BP/DVP) nos seus *websites*. Este resultado diverge do estudo de Costa e Rátis (2013), que argumentam que o descumprimento dos limites não possui influência no atraso da divulgação de contas públicas nos municípios capixabas. Assim, os achados desta pesquisa indicam que haveria divulgação mesmo de informações que poderiam ser interpretadas como “desfavoráveis”. Logo, rejeitamos H0.6.

## **5. CONCLUSÃO**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as características institucionais, políticas, financeiras e sociais dos municípios do Rio de Janeiro que influenciam na divulgação voluntária de demonstrativos contábeis por meio da *internet*. Foram consideradas as divulgações voluntárias por meio dos *websites* dos municípios dos demonstrativos contábeis referentes ao Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Foram desenvolvidas sete hipóteses sobre a relação entre a probabilidade de

divulgação *online* das demonstrações contábeis e os determinantes analisados, que incluem o número de habitantes do município (TAMANHO), número de candidatos à prefeito do município que disputaram as eleições de 2012 no primeiro turno (NRCANDIDATOS), número de partidos que disputaram as eleições para prefeito do município em 2012 no primeiro turno (NRPARTIDOS), se o prefeito é do mesmo partido do governador (PARTGOV), se o prefeito é do mesmo partido do presidente (PARTPRES), a representatividade do prefeito na Câmara Municipal (REPRESCAM), se o prefeito do município foi reeleito (PREFREELEITO), se o município descumpriu os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (DESCLIM), o percentual da população do município que possui ensino superior (ENSSUP), a relação entre a receita de transferência intergovernamental referente e a receita total do município (DEPTRANFIN) e se o município apresentou superávit financeiro (SUPERAVIT).

Os resultados encontrados apontam que o descumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal é um determinante para divulgação voluntária do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Variações Patrimoniais dos municípios em seus *websites*, indicando que os municípios fluminenses optam pela divulgação mesmo que sinalize informações “desfavoráveis”.

Com relação à competição política as *proxies* que capturaram a sua dimensão não apresentaram resultados consistentes em sua totalidade, com exceção da variável PREREELEITO que indica se o prefeito do município é um prefeito reeleito. O coeficiente estimado da variável PREREELEITO foi positivo e estatisticamente significativo com relação a todos os tipos de demonstrativos, indicando que a possibilidade de prorrogação de renda do prefeito proporcionada pela sua reeleição motiva a divulgação voluntária das demonstrações contábeis para que seja reduzida a assimetria de informação entre o eleitor e o gestor público.

Quanto à característica social, os resultados sugerem que um maior percentual da população do município com ensino superior aumenta a probabilidade da divulgação voluntária de demonstrativos contábeis *online* em municípios do Rio de Janeiro, o que poderia implicar em medidas que facilitem o acesso às informações financeiras nos *websites* municipais democratizando a acessibilidade das informações.

Não foi encontrada uma relação entre a probabilidade da divulgação voluntária de informações financeiras dos municípios por meio de seus *websites* e os fatores: tamanho do município, competição política, tipo de mandato do prefeito, dependência de transferências intergovernamentais e o superávit financeiro.

Dado que a Lei Complementar 131/09, lei da transparência, tornou compulsória a divulgação *online* para todos os municípios de informações financeiras somente de forma pormenorizada das receitas e despesas, podem ser criadas medidas fundamentadas nos resultados encontrados para incentivar, ou tornar obrigatória, a divulgação *online* dos demonstrativos da Lei Federal 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois forneceria uma visão gerencial das contas públicas para todas as partes interessadas.

Os resultados desta pesquisa estão limitados ao estado do Rio de Janeiro, logo pesquisas futuras poderiam levar em consideração municípios de outros estados, para avaliar como diferenças nas características avaliadas neste trabalho influenciariam na escolha para divulgação *online* dos demonstrativos contábeis dos municípios.

## **REFERÊNCIAS**

AN, Yi; DAVEY, Howard; EGGLETON, Ian RC. Towards a comprehensive theoretical framework for voluntary IC disclosure. **Journal of Intellectual Capital**, v. 12, n. 4, p. 571-585, 2011.

GANDÍA, Juan L.; ARCHIDONA, Maria C. Determinants of web site information by Spanish city councils. **Online Information Review**, v. 32, n. 1, p. 35-57, 2008.

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo. Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD)**, v. 37, 2013.

BAKAR, Nur BA; SALEH, Zakiah. Incentives for disclosure of accounting information in public sector: a literature survey. **International Research Journal of Finance and Economics**, v. 75, n. 1, p. 24-38, 2011.

BANKER, Rajiv D.; PATTON, James M. Analytical agency theory and municipal accounting: an introduction and an application. **Research in Governmental and Nonprofit Accounting**, v. 3, n. Part B, p. 29-50, 1987.

BOHN, Rudhy Marssal; SANTOS, Paulo Sérgio Almeida. Qualidade e fatores determinantes da accountability governamental: evidências de municípios brasileiros. In: IAM. International Conference of the Iberoamerican Academy of Management. 2013, São Paulo/SP. IAM. **Anais...** Chandler/USA: IAM, 2013. v. 8. p. 1-34. Disponível em: <[http://www.iam2013.com.br/arquivo/2013/.../E2013\\_T0478\\_psn69309.PDF](http://www.iam2013.com.br/arquivo/2013/.../E2013_T0478_psn69309.PDF)>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BOLÍVAR, Manuel Pedro Rodríguez; HERNÁNDEZ, Antonio M. López; PÉREZ, Carmen Caba. e-Government process and incentives for online public financial information. **Online Information Review**, v. 32, n. 3, p. 379-400, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 30 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Federal n.º 131, de 27 de abril de 2009. **Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal**.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br>>. Acesso em 15 set. 13.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público: aplicado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.** Portaria nº 406, de 20 de junho de 2011. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. 4ª Edição - Brasília, 2011. Disponível em :<[http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV\\_DCASP2011.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteV_DCASP2011.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 13.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008. **Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.** Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 14 set. 13.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTN.** Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/sistn.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp)>. Acessos em: 08 set. 2013 a 15 set 2013.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

CHENG, Rita Hartung. An empirical analysis of theories on factors influencing state government accounting disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 11, n. 1, p. 1-42, 1992.

CINCA, Carlos Serrano; TOMÁS, Mar Rueda; TARRAGONA, María Pilar Portillo. Factors influencing e-disclosure in local public administrations. **Environment and planning C: government and Policy**, v. 27, n. 2, p. 355-378, jan. 2009. doi: 10.1068/c07116i.

COSTA, Fábio Moraes da; RÁTIS, Simony Pedrini Nunes. Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. **Congresso ANPCONT, VII**, 2013.

COSTA, Ricardo Ferreira; MAGALHÃES, Fabio Rodrigues; DA SILVA, Agnaldo Batista; DO NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes. Rumo a um quadro teórico abrangente para as práticas de internet financial reporting no setor público. **Encontro da ANPAD, XXXVI**, 2012.

DEBRECENY, Roger; GRAY, Glen L.; RAHMAN, Asheq. The determinants of Internet financial reporting. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, n. 4, p. 371-394, 2003.

NETO; Orion Augusto Platt; DA CRUZ, Flávio; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007.

EVANS, John H.; PATTON, James M. An economic analysis of participation in the municipal finance officers association certificate of conformance program. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 151-175, 1983.

EVANS, John H.; PATTON, James M. Signaling and monitoring in public-sector accounting. **Journal of Accounting Research**, p. 130-158, 1987.

- FRANCIS, Jere R.; KHURANA, Inder K.; PEREIRA, Raynolde. Disclosure incentives and effects on cost of capital around the world. **The Accounting Review**, v. 80, n. 4, p. 1125-1162, 2005.
- FRANCIS, Jennifer; NANDA, Dhananjay; OLSSON, Per. Voluntary disclosure, earnings quality, and cost of capital. **Journal of accounting research**, v. 46, n. 1, p. 53-99, 2008.
- GALLEGO-ÁLVAREZ, Isabel; RODRÍGUEZ-DOMÍNGUEZ, Luis; GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María. Are determining factors of municipal E-government common to a worldwide municipal view? An intra-country comparison. *Government Information Quarterly*, v. 27, n. 4, p. 423-430, 2010.
- INGRAM, Robert W. Economic incentives and the choice of state government accounting practices. **Journal of Accounting Research**, p. 126-144, 1984.
- INGRAM, Robert W.; DEJONG, Douglas V. The effect of regulation on local government disclosure practices. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 6, n. 4, p. 245-270, 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **População**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home](http://www.ibge.gov.br/home)>. Acesso em: 10 set. 2013.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria de Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- HAGGARD, K. Stephen; MARTIN, Xiumin; PEREIRA, Raynolde. Does voluntary disclosure improve stock price informativeness?. **Financial Management**, v. 37, n. 4, p. 747-768, 2008.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- LASWAD, Fawzi; FISHER, Richard; OYELERE, Peter. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101-121, 2005.
- LIMA, Diana Vaz de; GUEDES, Marianne Antunes; SANTANA, Cláudio Moreira. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 2, 2009.
- MACHADO, Vagner Naysinger; MARQUES, Simone Beatriz Santos da Silva; MACAGNAN, Clea Beatriz. Nível de transparência por meio da evidenciação de informações obrigatórias de municípios do Rio Grande do Sul. *ABCustos*, v. 8, n. 3, 2015.
- MOREIRA, Nadia Cardoso; Ramos, Felipe; Kozak-Rogo, Juliana; Rogo, Rafael. Conference Calls: an Empirical Analysis of Information Content and the Type of Disclosed News. **Brazilian Business Review**, v. 13, n. 6, p. 291-315, 2016.
- RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC Nº 1.133**: Aprova a NBC T 16.4 - Transações no Setor Público. D.O.U.: 25.11.2008. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1131\\_2008.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1131_2008.htm)>. Acesso em: 15 set. 2013.
- SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p. 37-49, 2008.



SENADO FEDERAL (Brasil). Resolução nº 40, de 20 de Dezembro de 2001. **Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada.** Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 2001. Disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-107-34-2001-12-20-40>. Acesso em: 30 Set. 2013.

SKINNER, Douglas J. Why firms voluntarily disclose bad news. **Journal of accounting research**, v. 32, n. 1, p. 38-60, 1994.

SOFFER, Leonard C.; THIAGARAJAN, S. Ramu; WALTHER, Beverly R. Earnings preannouncement strategies. **Review of Accounting Studies**, v. 5, n. 1, p. 5-26, 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). Eleições Anteriores. Disponível em: <[www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/](http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/)>. Acesso em: 07set. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Brasil). Disponível em: <[www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br)>. Acesso em: 08 set. 2013 a 15 set. 2013.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

WONG, Wilson; WELCH, Eric. Does e-government promote accountability? A comparative analysis of website openness and government accountability. **Governance**, v. 17, n. 2, p. 275-297, 2004.

ZIMMERMAN, Jerold L. The municipal accounting maze: An analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, p. 107-144, 1977.